A cidade não chega. Exigimos o mundo

Hugo Filipe Lopes aka Cöbramor · 08.11.2026

POLÍTICA · ECONOMIA · SOCIEDADE

A tardia encenação da negociação partidária é a reacção desesperada de um governo aterrorizado pelo poder colectivo e está condenada ao fracasso, não apenas pela exclusão dos restantes partidos, mas também pela dos manifestantes, associações e outros movimentos.

Os protestos pela habitação, qualificados pelo governo e por parte da direita como incivilizados, surgiram precisamente para contrariar esse caminho enquanto política de aniquilação, mais do que da Constituição portuguesa, de qualquer possibilidade de autogestão colectiva.

Uma vez que esse imaginário de autogestão, filho de um PREC dotado de uma saudável múltipla personalidade dos protestos, não conseguiu ser travado através das ameaças nem da violência filha da PIDE, e uma vez desautorizado pelo tribunal, restou ao governo a abordagem romana de dividir para reinar.

Foi através da hiperindividualização exibida como resposta a uma hipócrita versão uniformizada da esquerda (qual das esquerdas?), resumida à ameaça do esmagamento do indivíduo por uma ditadura de massas, que o pensamento neoliberal se instalou na economia até se tornar a monocultura hegemónica.

> Era expectável que o medo sentido pelo governo de Montenegro o levasse a tentar fragmentar os protestos pela habitação, cuja base comum é a rejeição absoluta da situação presente, tornada, não em ideologia, mas em contraideologia.

A mentalidade Cristiano Ronaldo é apenas uma variação destituída de qualquer política que não a automonetização do ego insuflado, na confirmação da obsolescência programada do Estado Social e da sua substituição pelo Estado Vigia ao serviço dos tentáculos das tecnológicas.

Era expectável que o medo sentido pelo governo de Montenegro o levasse a tentar fragmentar os protestos pela habitação, cuja base comum é a rejeição absoluta da situação presente, tornada, não em ideologia, mas em contraideologia.

A força dos protestos, tanto da acampada como dos seus apoiantes, é representar todos os que estavam fora de democracia por terem sido transformados em turistas falidos no seu próprio país.

> O esforço do governo em personalizar todo o movimento numa só manifestante pretende reflectir, no todo, eventuais fragilidades fabricadas e contrariar a narrativa de horizontalidade presente deste o início, de forma a abrir brechas entre os protestantes.

Por isso o seu espectro é intergeracional, transfronteiriço, multiétnico, polietário, de agregação ideológica e interseccional, recusando a inscrição pelos seus críticos numa esquerda onde só existem os partidos, quando os resultados do movimento foram conseguidos precisamente ao operar no exterior.

O esforço do governo em personalizar todo o movimento numa só manifestante pretende reflectir, no todo, eventuais fragilidades fabricadas e contrariar a narrativa de horizontalidade presente deste o início, de forma a abrir brechas entre os protestantes.

Mas isso também está nas represálias contra os imigrantes – atendendo ao argumento xenófobo de Nuno Melo de classificar como estrangeiro qualquer português com sotaque - aproximando ainda mais PP e CH – ao cingir o seu direito ao protesto através de uma chantagem que é, afinal, outro acto de abuso de poder e tentativa de instigar o medo como o foram as cargas policiais.

Com o mesmo propósito de dividir para reinar, surgem as multas decididas por uma juíza aos manifestantes presentes com o rosto tapado ao abrigo da lei da burka, desenhada precisamente com esse efeito, a fim de criar separações entre a inexistente categorização de cumpridores e incumpridores da lei. Enquanto isso, ao corpo de intervenção, armado e escudado, é permitido usar balaclavas para evitar retaliações e queixas. Já aos manifestantes, cujo corpo é o único escudo possível, tal direito está-lhes vedado, criando assim um estatuto de privilégio num situação de assumida disparidade de meios e circunstâncias, como ficou óbvio na argumentação estilo Eichman «estamos apenas a cumprir ordens».

> [...] ao corpo de intervenção, armado e escudado, é permitido usar balaclavas para evitar retaliações e queixas. Já aos manifestantes, cujo corpo é o único escudo possível, tal direito está-lhes vedado [...]

Enraizada nessa argumentação surgiu, nas entranhas da polícia, uma inesperada fragmentação a dois tempos. Primeiro, no plano individual, na recusa simbólica da barbárie quando alguns agentes aceitaram os cravos oferecidos por uma manifestante, subscrevendo uma crítica muda à actuação desumana dos seus colegas. Segundo, no plano institucional, nas diversas acusações da PSP de instrumentalização por parte do governo para reprimir protestos resultantes precisamente da ausência de governação. Dessa forma desresponsabilizam-se, demitindo-se de qualquer possibilidade de livre arbítrio e assim, da sua humanidade, tornando-os autómatos à mercê do Mestre.

Também Carlos Moedas tentou a lógica classista para aumentar a distância entre acampados e opinião pública ao construir a ideia de a presença do protesto ter prejudicado os comerciantes, depois de falharem os argumentos de interferência no descanso, na livre circulação e na higienização da zona. Tenta agora acusar a acampada de impedir a Feira de Natal.

> A tardia encenação da negociação partidária é a reacção desesperada de um governo aterrorizado pelo poder colectivo e está condenada ao fracasso, não apenas pela exclusão dos restantes partidos, mas também pela dos manifestantes, associações e outros movimentos.

Esse esforço de fragmentação estende-se até aos protestantes enquanto eleitorado e nele reside a razão para a abertura de diálogo de Montenegro com PS e CH. Tanto para impedir a AD de ser o único partido responsável pelo progressivo e imparável descalabro num país sem outra produção que não a precariedade fantasmagórica e fantástica, resultante do turismo e das actividades anexas, como para esvaziar potenciais razões para protestos de eventuais votantes da extrema-direita e do centrão.

A tardia encenação da negociação partidária é a reacção desesperada de um governo aterrorizado pelo poder colectivo e está condenada ao fracasso, não apenas pela exclusão dos restantes partidos, mas também pela dos manifestantes, associações e outros movimentos quando no centro da crise está precisamente essa forma de governar do regime parlamentar, assente numa arquitectura de centro e periferia, idêntica à cosmopolita.

Nenhuma táctica governamental para manutenção do poder resolverá o problema da habitação (nem pretende fazê-lo) por ser, de momento, a expressão mais aguda da crise ininterrupta, resultante, não da ausência de regulação do Mercado pelo poder político, mas da regulação do poder político pelo Omnipotente Mercado.

A única vez em que Montenegro disse a verdade foi quando rejeitou ser o único responsável na situação actual, dada a política de terra queimada em curso há décadas e que o próprio tem subscrito.

Montenegro, Pedro Duarte, Moedas, Ricardo Leão ou Rui Cristina serão sempre aceleracionistas a governar para a finança e não para a esperança e, mesmo nisso, soluções de recurso. Mas não tenhamos ilusões do salto dado na consolidação dos seus tiques totalitários em alicerces do autoritarismo em processo de fascização que serão utilizados noutras instâncias.

> A única vez em que Montenegro disse a verdade foi quando rejeitou ser o único responsável na situação actual, dada a política de terra queimada em curso há décadas e que o próprio tem subscrito.

As acampadas revelaram tanto o carácter volúvel da fachada da democracia (neo)liberal como a instalação de um aparelho repressivo eficaz, brutal, funcional e pronto a agir. E ambos nos colocam numa posição de dupla fragilidade: pela ausência de mecanismos independentes e populares de escrutínio de um poder político voluntariamente de quatro perante o metacapitalismo e pela extinção de plataformas de cidadania participativa com efeitos práticos e reais no quotidiano.

O fosso entre ricos e pobres, detentores do poder e seus cidadãos, mas também entre cada um de nós continuará a aumentar, prosseguindo a hiperindividualização que o Covid veio acentuar e prometeu resolver, enquanto as nossas exigências continuarem a ser feitas dentro dos limites criados pelos governos. É determinante estancar a nossa submissão à labiríntica gramática de opacidade burocrática governamental dominada pelos futuros tecnocratas prontos a ocupar lugares financeiros coercivos de Estados em estado terminal.

Não é possível regressar à normalidade fictícia do velho mundo onde o Estado Social funcionava, financiado pelo mesmo capital cujos golpes existia para aparar porque esse mundo nunca foi real. Mas a sobrevivência neste presente é também impossível.

> Não é possível regressar à normalidade fictícia do velho mundo onde o Estado Social funcionava, financiado pelo mesmo capital cujos golpes existia para aparar porque esse mundo nunca foi real. Mas a sobrevivência neste presente é também impossível.

Em qualquer das versões possíveis do futuro, mesmo havendo casas para todos, nunca estaremos a salvo da economia especulativa e extractiva, até sermos os seus detentores e reinventores. Sem nos reterritorializarmos através do direito à cidade, aos baldios, aos campos, às praias e às florestas, fortalecidos num colectivismo em reconfiguração permanente e capaz de evitar a reificação, resgatando os espaços públicos e os seus simulacros supra-estatais como as redes sociais e a IA, continuaremos a ser empurrados para as periferias.

A cidade não chega. Exigimos o mundo.

Foto de capa: Gaby Werdan

Progressistas — https://progressistas.pt/artigo/a-cidade-nao-chega-exigimos-o-mundo